



A Santa Sé

ENCONTRO DO PAPA BENTO XVI COM O CLERO DE ROMA

*Sala Paulo VI
14 de Fevereiro de 2013*

[Vídeo]

Eminência,

Amados Irmãos no Episcopado e no Presbiterado!

Considero um dom particular da Providência que, antes de deixar o ministério petrino, tenha ainda podido ver o meu clero, o clero de Roma. É sempre uma grande alegria ver como a Igreja vive, como, em Roma, a Igreja está viva; há pastores que, no espírito do Pastor Supremo, guiam o rebanho do Senhor. Realmente é um clero católico, universal, e isto corresponde à essência da Igreja de Roma: ter nela a universalidade, a catolicidade de todos os povos, de todas as raças, de todas as culturas. Ao mesmo tempo, sinto-me muito grato ao Cardeal Vigário, que ajuda a despertar, a encontrar as vocações também em Roma, porque se Roma deve ser, por um lado, a cidade da universalidade, por outro, há-de ser uma cidade com a sua própria fé forte e robusta, da qual nascem também vocações. E estou convencido de que, com a ajuda do Senhor, podemos encontrar as vocações que Ele próprio nos dá, guiá-las, ajudá-las a amadurecer, e assim servir para o trabalho na vinha do Senhor.

Hoje professastes o *Credo* diante do túmulo de São Pedro: no *Ano da fé*, parece-me muito oportuno, talvez mesmo necessário, este acto do clero de Roma se reunir no túmulo do Apóstolo a quem o Senhor disse: «A ti confio a minha Igreja. Sobre ti edifico a minha Igreja» (cf. *Mt* 16, 18-19). Diante do Senhor, juntamente com Pedro, confessastes: «Tu és Cristo, o Filho do Deus vivo» (cf. *Mt* 16, 15-16). É assim que a Igreja cresce: juntamente com Pedro, confessando Cristo, seguindo Cristo. E façamo-lo sempre. Eu estou muito agradecido pela vossa oração, que pude sentir – como disse quarta-feira – quase fisicamente. Embora agora me retire, na oração continuo

sempre unido a todos vós e tenho a certeza de que também vós estareis unidos a mim, apesar de permanecer oculto para o mundo.

Devido às condições da minha idade, não pude preparar, para hoje, um grande e verdadeiro discurso, como alguém poderia esperar; eu pensava mais numa breve conversa sobre o Concílio Vaticano II, tal como eu o vi. Começo por uma curiosidade: em 1959, tinha sido nomeado professor da Universidade de Bonn, onde fazem seus estudos os alunos, os seminaristas da diocese de Colónia e de outras dioceses vizinhas. Foi assim que entrei em contacto com o Cardeal de Colónia: o Cardeal Frings. O Cardeal Siri, de Génova, – no ano 1961, acho eu – organizou uma série de conferências sobre o Concílio feitas por vários Cardeais europeus, e convidara também o Arcebispo de Colónia para realizar uma das conferências que tinha por título: O Concílio e o mundo do pensamento moderno.

O Cardeal convidou-me – o mais novo dos professores – para lhe redigir um projecto; ele gostou do projecto, e propôs ao povo de Génova o texto como eu o escrevera. Pouco tempo depois, o Papa João convida-o para ir ter com ele, e o Cardeal estava cheio de medo por ter talvez dito algo de não correcto, algo de falso, e conseqüentemente ser chamado para uma admoestação, talvez mesmo para lhe tirar o cardinalato. Na verdade, quando o seu secretário o viu vestido para a audiência, o Cardeal disse: «Talvez use agora pela última vez estas vestes». Depois entrou; o Papa João vem ao seu encontro, abraça-o e diz: «Obrigado, Eminência! O senhor disse as coisas que queria dizer eu, mas não tinha encontrado as palavras». Assim, o Cardeal sabia que estava no caminho certo, e convidou-me para ir com ele ao Concílio, inicialmente como seu perito pessoal; depois, no decurso do primeiro período – em Novembro de 1962, creio eu – fui nomeado também perito oficial do Concílio.

Então partimos para o Concílio não apenas com alegria, mas também com entusiasmo. Havia uma expectativa incrível. Esperávamos que tudo se renovasse, que viesse verdadeiramente um novo Pentecostes, uma nova era da Igreja, pois esta apresentava-se ainda bastante robusta naquele tempo, a prática dominical ainda boa, as vocações ao sacerdócio e à vida religiosa, apesar de já um pouco reduzidas no número, ainda eram suficientes. Contudo, tinha-se a sensação de que a Igreja não caminhava, ia diminuindo, parecia mais uma realidade do passado que a portadora do futuro. E, naquele momento, esperávamos que esta situação se alterasse, mudasse; que a Igreja fosse de novo força do futuro e força do presente. E sabíamos que a relação entre a Igreja e o período moderno tinha sido, desde o princípio, um pouco contrastante, a começar do erro da Igreja no caso de Galileu Galilei; pensava-se em corrigir este início errado e encontrar de novo a união entre a Igreja e as forças melhores do mundo, para abrir o futuro da humanidade, para abrir o verdadeiro progresso. Por isso, estávamos cheios de esperança, de entusiasmo e também de vontade de contribuir com a nossa parte para isso. Lembro-me que o Sínodo Romano era considerado um modelo negativo. Disse-se – não sei se era verdade – que tivessem lido os textos preparados na Basílica de São João e que os membros do Sínodo tivessem aclamado, aprovado aplaudindo, e assim se teria realizado o Sínodo. Os Bispos

disseram: Não, não façamos assim! Somos Bispos, nós mesmos somos o sujeito do Sínodo; não queremos apenas aprovar aquilo que foi feito, mas queremos ser nós o sujeito, os condutores do Concílio. O próprio Cardeal Frings, que era conhecido pela sua fidelidade absoluta, quase escrupulosa, ao Santo Padre, neste caso disse: Encontramo-nos aqui com outra função. O Papa convocou-nos como Padres, para sermos Concílio ecuménico, um sujeito que renove a Igreja. Assim queremos assumir esta nossa função.

O primeiro momento, em que se manifestou esta atitude, foi logo no primeiro dia. Estavam previstas, para este primeiro dia, as eleições das Comissões e tinham sido preparadas, de modo – procurou-se – imparcial, as listas, os nomes; seriam estas listas que se deviam votar. Mas os Padres disseram imediatamente: Não! Não queremos simplesmente votar listas já feitas. Somos nós o sujeito. Então teve-se de adiar as eleições, porque os próprios Padres queriam conhecer-se um pouco, queriam eles próprios preparar listas. E assim se fez. O Cardeal Liénart de Lille e o Cardeal Frings de Colónia disseram publicamente: Assim não pode ser. Queremos fazer as nossas listas e eleger os nossos candidatos. Não era um acto revolucionário, mas um acto de consciência, de responsabilidade por parte dos Padres conciliares.

Começava assim uma intensa actividade para se conhecerem, horizontalmente, uns aos outros; e isso não foi deixado ao acaso. No «Colégio *dell'Anima*», onde eu morava, tivemos muitas visitas: sendo o Cardeal muito conhecido, vimos lá Cardeais de todo o mundo. Recordo-me bem da figura alta e magra de Mons. Etchegaray, que era Secretário da Conferência Episcopal Francesa, dos encontros com Cardeais, etc. E isto havia de ser típico durante todo o Concílio: pequenos encontros transversais. Foi assim que conheci grandes figuras como Padre de Lubac, Daniélou, Congar, etc. Conhecemos vários Bispos; recordo-me particularmente do Bispo Elchinger de Estrasburgo, etc. E esta era já uma experiência da universalidade da Igreja e da realidade concreta da Igreja, que não recebe simplesmente imperativos de cima, mas conjuntamente cresce e caminha, sempre sob a guia – naturalmente – do Sucessor de Pedro.

Como disse, todos vinham com grandes expectativas; nunca se realizara um Concílio com estas dimensões, mas nem todos sabiam como fazer. Os mais preparados – digamos, aqueles com intenções mais definidas – eram o episcopado francês, alemão, belga, holandês, a chamada «aliança do Reno». E, na primeira parte do Concílio, eram eles que indicavam a estrada; depois, rapidamente se alargou a actividade e todos progressivamente participaram na criatividade do Concílio. Os franceses e os alemães tinham vários interesses em comum, embora com matizes bastante diferentes. O intento primeiro, inicial, simples – simples, aparentemente – era a reforma da liturgia, iniciada já com Pio XII, que tinha reformado a Semana Santa; o segundo, a eclesiologia; o terceiro, a Palavra de Deus, a Revelação; e, finalmente, também o ecumenismo. Os franceses, muito mais do que os alemães, tinham ainda como problema para tratar a situação das relações entre a Igreja e o mundo.

Começamos pelo primeiro. Depois da Primeira Guerra Mundial, crescera, precisamente na

Europa central e ocidental, o movimento litúrgico, uma redescoberta da riqueza e profundidade da liturgia, que até então estava quase fechada no Missal Romano do sacerdote, enquanto o povo rezava pelos seus livros de oração, feitos de acordo com o coração da gente, de modo que se procurava traduzir os conteúdos altos, a linguagem elevada da liturgia clássica em palavras mais sentimentais, mais próximas do coração das pessoas. Tratava-se, porém, quase de duas liturgias paralelas: o sacerdote com os ajudantes, que celebrava a Missa segundo o Missal, e os leigos que rezavam, durante a Missa, com os seus livros de oração, sabendo substancialmente o que se realizava no altar. Mas agora fora redescoberta precisamente a beleza, a profundidade, a riqueza histórica, humana, espiritual do Missal e a necessidade que não houvesse só um representante do povo, um pequeno ajudante, a dizer: «*Et cum spiritu tuo*», etc, mas que fosse realmente um diálogo entre o sacerdote e o povo, que realmente a liturgia do altar e a liturgia do povo fosse uma única liturgia, uma participação activa, que as riquezas chegassem ao povo; e assim foi redescoberta, renovada a liturgia.

Agora olhando retrospectivamente, eu acho que foi muito bom ter começado pela liturgia, aparecendo assim o primado de Deus, o primado da adoração. Deste modo a frase «*operi Dei nihil praeponatur*» da *Regra* de São Bento (cf. 43, 3) aparece como a regra suprema do Concílio. Alguém criticara o Concílio por ter falado sobre muitas coisas, mas não sobre Deus. Ora ele falou sobre Deus! E o seu primeiro e substancial acto foi falar sobre Deus e abrir todas as pessoas, todo o povo santo, à adoração de Deus, na celebração comunitária da liturgia do Corpo e Sangue de Cristo. Neste sentido, para além de factores práticos que desaconselhavam começar imediatamente com temas controversos, é realmente – podemos dizer – um acto providencial que, nos inícios do Concílio, esteja a liturgia, esteja Deus, esteja a adoração. Agora não quero entrar nos detalhes da discussão, mas vale a pena voltar sempre, mais além das aplicações práticas, ao próprio Concílio, à sua profundidade e às suas ideias essenciais.

Eu diria que havia diversas: sobretudo o Mistério Pascal como centro do ser cristão e, conseqüentemente, da vida cristã, do ano, do tempo cristão, expresso no tempo pascal e no domingo que é sempre o dia da Ressurreição. Sempre de novo começamos o nosso tempo com a Ressurreição, o encontro com o Ressuscitado, e, do encontro com o Ressuscitado, saímos para o mundo. Neste sentido, é uma pena que hoje o domingo se tenha transformado em fim de semana, quando na verdade é o primeiro dia, é o início. Interiormente devemos ter isto presente: é o início, o início da Criação, é o início da recriação na Igreja, encontro com o Criador e com Cristo Ressuscitado. Também este duplo conteúdo do domingo é importante: é o primeiro dia, isto é, a festa da criação, o nosso fundamento continua a ser a Criação, acreditamos em Deus Criador; e encontro com o Ressuscitado, que renova a Criação; o seu verdadeiro objectivo é criar um mundo que seja resposta ao amor de Deus.

Depois havia princípios: a inteligibilidade, em vez de ficar fechados numa língua desconhecida, não falada, e também a participação activa. Infelizmente, estes princípios foram também mal compreendidos. Inteligibilidade não quer dizer banalidade, porque os grandes textos da liturgia –

ainda que proferidos, graças a Deus, na língua materna – não são facilmente inteligíveis, precisam de uma formação permanente do cristão para que ele cresça e entre cada vez mais em profundidade no mistério, e assim possa compreender. E o mesmo se diga da Palavra de Deus: se se pensa na leitura diária do Antigo Testamento, e mesmo na leitura das Cartas Paulinas, dos Evangelhos, quem pode afirmar que a compreende imediatamente só porque a leitura está na sua própria língua? Só uma formação permanente do coração e da mente pode realmente criar inteligibilidade e uma participação que é mais do que uma actividade exterior, que é uma entrada da pessoa, do meu ser na comunhão da Igreja e, deste modo, na comunhão com Cristo.

Segundo tema: a Igreja. Sabemos que o Concílio Vaticano I fora interrompido por causa da guerra franco-alemã e assim passou à história com a sua unilateralidade, ou seja, como um fragmento, já que a doutrina sobre o primado – que foi definida, graças a Deus, naquele momento histórico da Igreja, e se revelou muito necessária nos tempos sucessivos – era apenas um elemento numa eclesiologia prevista e preparada mais vasta. Assim o que ficou foi o fragmento. E podia-se dizer que, se o fragmento permanece assim como é, tendemos para uma unilateralidade: a Igreja seria apenas o primado. Por isso, desde o início, havia esta intenção de completar a eclesiologia do Concílio Vaticano I, em data a encontrar, para que se tivesse uma eclesiologia completa. Também neste tema pareciam ótimas as condições, visto que, depois da Primeira Guerra Mundial, renascera o sentido da Igreja de um modo novo. Disse Romano Guardini: «Nas almas, começa a despertar a Igreja», e um bispo protestante falava do «século da Igreja». Sobretudo voltava-se a encontrar o conceito – que estava previsto também pelo Vaticano I – do Corpo Místico de Cristo. Queria-se afirmar e dar a entender que a Igreja não é tanto uma organização, algo de estrutural, jurídico, institucional – embora também o seja – como sobretudo é um organismo, uma realidade vital, que entra na minha alma, de tal modo que eu próprio, precisamente com a minha alma crente, sou elemento constitutivo da Igreja como tal. Neste sentido, escrevera Pio XII a Encíclica *Mystici Corporis Christi*, ou seja, como um passo para completar o Concílio Vaticano I.

Eu diria que a discussão teológica dos anos 30 e 40, e mesmo nos anos 20, se desenrolara completamente sob este signo da expressão «*Mystici Corporis*». Foi uma descoberta que criou tanta alegria naquele tempo, e foi também neste contexto que cresceu a fórmula: Nós somos a Igreja, a Igreja não é uma estrutura; nós, os próprios cristãos juntos, todos nós somos o Corpo vivo da Igreja. Naturalmente isto é válido no sentido que o nós, o verdadeiro «nós» dos crentes, juntamente com o «Eu» de Cristo é a Igreja; cada um de nós, não «um nós», um grupo que se declara Igreja. Isso não! Este «nós somos Igreja» exige precisamente a minha inserção no grande «nós» dos crentes de todos os tempos e lugares. Assim temos a primeira ideia: completar a eclesiologia de modo teológico, mas continuando também de modo estrutural, ou seja, ao lado da sucessão de Pedro, da sua função única, definir melhor também a função dos Bispos, do Corpo Episcopal. E, para fazer isso, encontrou-se a palavra «colegialidade», muito discutida, com discussões acesas, diria mesmo, um pouco exageradas. Mas era a palavra – talvez houvesse ainda outra, mas esta servia – para exprimir que os Bispos, juntos, são a continuação dos Doze,

do Corpo dos Apóstolos. Dissemos: só um Bispo, o de Roma, é sucessor de um determinado apóstolo, de Pedro. Todos os outros tornam-se sucessores dos Apóstolos, entrando no Corpo que continua o Corpo dos Apóstolos. Precisamente assim o Corpo dos Bispos, o colégio, é a continuação do Corpo dos Doze, e deste modo se vê a sua necessidade, a sua função, os seus direitos e deveres. A muitos aparecia como uma luta pelo poder, e talvez algum tenha pensado também ao seu poder, mas substancialmente não se tratava de poder, mas da complementaridade dos factores e do completamento do Corpo da Igreja com os Bispos, sucessores dos Apóstolos, como pedra angular; e cada um deles, unido a este grande Corpo, é pedra angular da Igreja.

Estes eram, digamos, os dois elementos fundamentais; entretanto, à procura de uma visão teológica completa da eclesiologia, já depois dos anos 40, nos anos 50, surgira alguma crítica ao conceito de Corpo de Cristo: «místico» seria demasiado espiritual, demasiado exclusivo; entrara então em jogo o conceito de «Povo de Deus». E, justamente, o Concílio aceitou este elemento, que nos Padres aparece considerado como expressão da continuidade entre Antigo e Novo Testamento. Nos livros do Novo Testamento, a expressão «*Laos tou Theou*», que corresponde a textos do Antigo Testamento, significa – parece-me, apenas com duas excepções – o antigo Povo de Deus, os judeus que são, entre os povos («*goim*») do mundo, «o» Povo de Deus. E os outros... nós, pagãos, não somos por natureza o Povo de Deus, tornamo-nos filhos de Abraão e, conseqüentemente, Povo de Deus quando entramos em comunhão com Cristo, o único que é descendente de Abraão. E, entrando em comunhão com Ele, fazendo-se um só com Ele, também nós somos Povo de Deus. Por outras palavras, o conceito «Povo de Deus» implica a continuidade dos Testamentos, a continuidade da história de Deus com o mundo, com os homens, mas implica também o elemento cristológico. Só através da cristologia é que nos tornamos Povo de Deus, e assim se combinam os dois conceitos. E o Concílio decidiu criar uma construção trinitária da eclesiologia: Povo de Deus Pai, Corpo de Cristo, Templo do Espírito Santo.

Mas só depois do Concílio é que foi posto em evidência um elemento que se encontra um pouco escondido no próprio Concílio: a ligação entre Povo de Deus e Corpo de Cristo é precisamente a comunhão com Cristo na união eucarística; aqui tornamo-nos Corpo de Cristo. Podemos dizer que a relação entre Povo de Deus e Corpo de Cristo cria uma nova realidade: a comunhão. Poder-se-ia dizer que, depois do Concílio, foi descoberto como, na realidade, o próprio Concílio levava a encontrar este conceito: a comunhão como conceito central. Eu diria que, no Concílio, filologicamente tal conceito não estava ainda totalmente amadurecido, mas é fruto do Concílio que o conceito de comunidade se tenha tornado progressivamente a expressão da essência da Igreja, comunhão nas diferentes dimensões: comunhão com o Deus Trinitário – sendo Ele próprio comunhão entre Pai, Filho e Espírito Santo –, comunhão sacramental, comunhão concreta no episcopado e na vida da Igreja.

Ainda mais conflituoso era o problema da Revelação. Tratava-se da relação entre Escritura e Tradição, e aqui apareciam sobretudo os exegetas interessados numa maior liberdade; sentiam-

se um pouco – digamos – em situação de inferioridade relativamente aos protestantes, que faziam as grandes descobertas, enquanto os católicos se viam um pouco como «deficientes» pela necessidade de se submeter ao Magistério. Por conseguinte, aqui estava em jogo uma luta também muito concreta: Que liberdade têm os exegetas? Como se pode ler bem a Escritura? Que quer dizer Tradição? Era uma batalha pluridimensional que não posso mostrar agora; o importante é que a Escritura é de certeza a Palavra de Deus, e a Igreja está sob a Escritura, obedece à Palavra de Deus, não está acima da Escritura. E, no entanto, a Escritura só é Escritura porque existe a Igreja viva, o seu sujeito vivo; sem o sujeito vivo da Igreja, a Bíblia é apenas um livro que abre, se abre para diferentes interpretações sem dar uma derradeira clareza.

Como disse, aqui a batalha era difícil, tendo sido decisiva uma intervenção do Papa Paulo VI. Esta intervenção mostra toda a delicadeza de um pai, a sua responsabilidade pelo andamento do Concílio, mas também o seu grande respeito pelo mesmo. Tinha nascido a ideia de que a Bíblia é completa, tudo se encontra nela; por conseguinte, não há necessidade da Tradição, e o Magistério não tem nada a dizer. Então o Papa enviou ao Concílio – parece-me – 14 formas de uma frase que devia ser inserida no texto sobre a Revelação e dava-nos, dava aos Padres a liberdade de escolher uma das 14 formas, mas disse: uma deve ser escolhida, para tornar completo o texto. Recordo-me, mais ou menos, da forma «*non omnis certitudo de veritatibus fidei potest sumi ex Sacra Scriptura*», isto é, a certeza da Igreja sobre a fé não nasce apenas de um livro isolado, mas tem necessidade do sujeito que é a Igreja iluminada, guiada pelo Espírito Santo. Só assim é que a Escritura fala e tem toda a sua autoridade. Esta frase que escolhemos na Comissão Doutrinal, uma das 14 formas, é decisiva – diria – para mostrar a indispensabilidade, a necessidade da Igreja e deste modo compreender o que quer dizer Tradição, o Corpo vivo no qual vive, desde o início, esta Palavra e do qual recebe a sua luz, no qual ela nasceu. O próprio Cânon é um facto eclesial: que estes escritos sejam a Escritura resulta da iluminação da Igreja, que encontrou em si este Cânon da Escritura; encontrou, não criou. E sempre e só nesta comunhão da Igreja viva é que se pode realmente também compreender, ler a Escritura como Palavra de Deus, como Palavra que nos guia na vida e na morte.

Como disse, esta era uma batalha bastante difícil, mas graças ao Papa e graças – digamo-lo – à luz do Espírito Santo, que estava presente no Concílio, criou-se um documento que é um dos mais belos e inovadores de todo o Concílio e que deve ser estudado ainda muito mais. É que também hoje a exegese tende a ler a Escritura fora da Igreja, fora da fé, apenas no chamado espírito do método histórico-crítico – um método importante, mas não até ao ponto de poder dar soluções como última certeza; só se acreditarmos que estas não são palavras humanas, mas palavras de Deus, e só se se vive no sujeito vivo ao qual falou e fala Deus, é que podemos interpretar bem a Sagrada Escritura. E aqui – como disse no prefácio do meu livro sobre Jesus (cf. *I volume*) – há ainda muito a fazer para se chegar a uma leitura verdadeiramente no espírito do Concílio. Aqui a aplicação do Concílio ainda não é completa, está ainda por fazer.

E, finalmente, o ecumenismo. Não quero entrar agora nestes problemas, contudo era óbvio –

sobretudo depois das «paixões» sofridas pelos cristãos no tempo do nazismo – que os cristãos poderiam encontrar a unidade, pelo menos procurar a unidade, mas era claro também que só Deus pode dar a unidade. E estamos ainda a caminho... E, com estes temas, a «aliança do Reno» tinha – por assim dizer – feito o seu trabalho.

O horizonte da segunda parte do Concílio é muito mais vasto. Apresentava-se, com grande urgência, o tema: O mundo de hoje, a época moderna, e a Igreja; e, relacionado com o mesmo, os temas da responsabilidade pela construção deste mundo, da sociedade, a responsabilidade pelo futuro deste mundo e esperança escatológica, a responsabilidade ética do cristão, onde poderá encontrar os seus guias; e, depois, a liberdade religiosa, o progresso e a relação com as outras religiões. Nesta altura, participam realmente na discussão todas as latitudes presentes no Concílio; não só a América, os Estados Unidos..., com um grande interesse pela liberdade religiosa. No terceiro período, estes disseram ao Papa: Não podemos voltar para casa sem levar, na nossa bagagem, uma declaração sobre a liberdade religiosa votada pelo Concílio. Todavia o Papa, com firmeza e decisão, teve a paciência de levar o texto para o quarto período, a fim de encontrar uma maturação e um consenso suficientemente completos entre os Padres do Concílio. Como dizia, jogaram um papel forte no Concílio não só os norte-americanos, mas também a América Latina, bem conhecedora da miséria do povo, de um continente católico, e da responsabilidade da fé pela situação daquela gente. E de igual modo a África, a Ásia, que viram a necessidade do diálogo inter-religioso; despontaram problemas que nós, alemães, – é justo que o diga – no início não tínhamos visto. Não posso agora descrever tudo isto. O grande documento «*Gaudium et spes*» analisou muito bem os problemas da escatologia cristã e progresso do mundo, da responsabilidade pela sociedade de amanhã e responsabilidade do cristão face à eternidade, tendo assim também renovado a ética cristã, os fundamentos. Mas inesperadamente – digamos – cresceu, ao lado deste grande documento, outro documento que dava resposta, de forma mais sintética e concreta, aos desafios do tempo: a «*Nostra aetate*». Desde o início, estavam presentes os nossos amigos judeus, que nos disseram a nós, alemães, sobretudo, mas não só a nós, que depois dos tristes acontecimentos deste século nazista, da década nazista, a Igreja Católica deve dizer uma palavra sobre o Antigo Testamento, sobre o povo judeu. Diziam: embora seja claro que a Igreja não é responsável pelo *Shoah*, todavia uma grande parte daqueles que cometeram tais crimes eram cristãos; devemos aprofundar e renovar a consciência cristã, mesmo sabendo bem que os verdadeiros crentes sempre resistiram contra essas coisas. Tornava-se assim claro que a relação com o mundo do antigo Povo de Deus devia ser objecto de reflexão. É compreensível também que os países árabes – os Bispos dos países árabes – não tivessem ficado felizes com esta possibilidade: temiam em certa medida uma glorificação do Estado de Israel, que naturalmente não queriam. E disseram: Uma indicação verdadeiramente teológica sobre o povo judeu é boa, é necessária, mas, se falardes disso, falai também do Islão; só assim se restabelecerá o equilíbrio; também o Islão é um grande desafio, e a Igreja deve esclarecer igualmente a sua relação com o Islão. Eis uma realidade que então nós quase não compreendemos: um pouco, sim, mas não muito. Hoje sabemos como era necessário!

E quando começámos a trabalhar também sobre o Islão, disseram-nos: Mas há também outras religiões no mundo: na Ásia inteira! Pensai no Budismo, no Hinduísmo... E assim, em vez de uma Declaração pensada inicialmente apenas sobre o antigo Povo de Deus, criou-se um texto sobre o diálogo inter-religioso, antecipando aquilo que só trinta anos depois é que se manifestou em toda a sua intensidade e importância. Não posso entrar agora neste tema, mas se alguém ler o texto, verá que é muito denso e preparado verdadeiramente por pessoas que conheciam as realidades, e indica brevemente, com poucas palavras, o essencial. Nele se vê também o fundamento para um diálogo, na diferença, na diversidade, na fé sobre a unicidade de Cristo, que é um, não sendo possível, para um crente, pensar que as religiões todas não passem de variações de um tema. Não! Há uma realidade do Deus vivo que falou, e é *um* Deus, é *um* Deus encarnado, e portanto *uma* Palavra de Deus, que é realmente Palavra de Deus. Mas há também a experiência religiosa, com uma certa luz humana da criação, e por conseguinte é necessário e possível entrar em diálogo e, assim, abrir-se um ao outro e abrirem-se todos à paz de Deus, de todos os seus filhos, de toda a sua família.

Portanto, estes dois documentos – A liberdade religiosa e a «*Nostra aetate*» – juntos com a «*Gaudium et spes*» são uma trilogia muito importante, cuja importância se foi manifestando apenas com o passar das décadas, e ainda estamos a trabalhar para compreender melhor este conjunto formado pela unicidade da Revelação de Deus, a unicidade do único Deus encarnado em Cristo, e a multiplicidade das religiões, com as quais procuramos a paz, e também o coração aberto pela luz do Espírito Santo, que ilumina e guia para Cristo.

Agora quero acrescentar ainda um terceiro ponto: havia o Concílio dos Padres – o verdadeiro Concílio – mas havia também o Concílio dos meios de comunicação, que era quase um Concílio aparte. E o mundo captou o Concílio através deles, através dos *mass-media*. Portanto o Concílio, que chegou de forma imediata e eficiente ao povo, foi o dos meios de comunicação, não o dos Padres. E enquanto o Concílio dos Padres se realizava no âmbito da fé, era um Concílio da fé que faz apelo ao *intellectus*, que procura compreender-se e procura entender os sinais de Deus naquele momento, que procura responder ao desafio de Deus naquele momento e encontrar, na Palavra de Deus, a palavra para o presente e o futuro, enquanto todo o Concílio – como disse – se movia no âmbito da fé, como *fides quaerens intellectum*, o Concílio dos jornalistas, naturalmente, não se realizou no âmbito da fé, mas dentro das categorias dos meios de comunicação actuais, isto é, fora da fé, com uma hermenêutica diferente. Era uma hermenêutica política: para os *mass-media*, o Concílio era uma luta política, uma luta de poder entre diversas correntes da Igreja. Era óbvio que os meios de comunicação tomariam posição por aquela parte que se lhes apresentava mais condizente com o seu mundo. Havia aqueles que pretendiam a descentralização da Igreja, o poder para os Bispos e depois, valendo-se da expressão «Povo de Deus», o poder do povo, dos leigos. Existia esta tripla questão: o poder do Papa, em seguida transferido para o poder dos bispos e para o poder de todos, a soberania popular. Para eles, naturalmente, esta era a parte que devia ser aprovada, promulgada, apoiada. E o mesmo se passava com a liturgia: não interessava a liturgia como acto da fé, mas como algo onde se fazem

coisas compreensíveis, algo de actividade da comunidade, algo profano. E sabemos que havia uma tendência – invocava mesmo um fundamento na história – para se dizer: A sacralidade é uma coisa pagã, eventualmente do próprio Antigo Testamento. No Novo, conta apenas que Cristo morreu *fora*: fora das portas, isto é, no mundo profano. Portanto há que acabar com a sacralidade, o próprio culto deve ser profano: o culto não é culto, mas um acto do todo, da participação comum, e deste modo a participação vista como actividade. Estas traduções, banalizações da ideia do Concílio, foram virulentas na prática da aplicação da reforma litúrgica; nasceram numa visão do Concílio fora da sua chave própria de interpretação, da fé. E o mesmo se passou também com a questão da Escritura: a Escritura é um livro, histórico, que deve ser tratado historicamente e nada mais, etc.

Sabemos como este Concílio dos meios de comunicação era acessível a todos. Por isso, acabou por ser o predominante, o mais eficiente, tendo criado tantas calamidades, tantos problemas, realmente tanta miséria: seminários fechados, conventos fechados, liturgia banalizada... enquanto o verdadeiro Concílio teve dificuldade em se concretizar, em ser levado à realidade; o Concílio virtual era mais forte que o Concílio real. Mas a força do Concílio era real, estava presente e, pouco a pouco, vai-se realizando cada vez mais e torna-se a verdadeira força, que constitui também a verdadeira reforma, a verdadeira renovação da Igreja. Parece-me que, passados cinquenta anos do Concílio, vemos como este Concílio virtual se desfaz em pedaços e desaparece, enquanto se afirma o verdadeiro Concílio com toda a sua força espiritual. E é nossa missão, precisamente neste *Ano da Fé*, começando deste *Ano da Fé*, trabalhar para que o verdadeiro Concílio, com a própria força do Espírito Santo, se torne realidade e seja realmente renovada a Igreja. Temos esperança de que o Senhor nos ajudará. Eu, retirado, com a minha oração estarei sempre convosco e, juntos, caminhemos com o Senhor, na certeza de que vence o Senhor! Obrigado!